

Tendência é de equilíbrio entre açúcar e álcool

Em seu primeiro levantamento da safra 2004/05, a União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (Unica) estima uma colheita de 319,9 milhões de toneladas para o Centro-Sul. Esse crescimento é resultado do aumento da ordem de 9,16% na área a ser colhida. Em São Paulo, que representa mais de 60% da produção nacional de cana, a previsão é de aumento de 7,66%.

O crescimento da área não se refletiu plenamente na oferta de cana, devido ao envelhecimento dos canaviais e às condições climáticas, que reduziram a produtividade. Em algumas regiões, as chuvas foram insuficientes para garantir o desenvolvimento pleno nos momentos mais necessários, o que deverá resultar em redução da produtividade agrícola de 2 a 3 toneladas por hectare, em relação à safra 2003/04, e de 1% no teor de açúcar, para 148 quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada de cana.

A tendência para a safra de 2004/05 é de equilíbrio entre a produção de açúcar e álcool, ao contrário da safra anterior, ligeiramente mais alcooleira. A produção de açúcar no Centro-Sul está estimada em 10,3% acima dos 20,4 milhões do período anterior. Ainda está previsto um crescimento de 1,7% no álcool, sendo 1,9% no anidro (misturado à gasolina) e 1,3% no hidratado. O anidro está bastante competitivo, pois corresponde a 38,5% do preço da gasolina.

Quanto aos estoques de passagem da safra 2003/04 para 2004/05, a previsão fica entre 1,2 bilhão e 1,3 bilhão de litros para o álcool, e de 1,1 milhão de toneladas para o açúcar. O volume de açúcar estocado cai, enquanto crescem os embarques para o mercado internacional, ajudados pelas quebras de produção nos países asiáticos. Quanto ao álcool, as exportações passarão de 650 milhões de litros para 1,2 bilhão de litros, diante do crescente interesse internacional. ■

Distribuição da oferta de cana por tonelada moída

	açúcar		álcool	
	quilos	%	litros	%
2000/01	61,01	43,82	45,06	54,94
2001/02	65,31	41,55	48,05	51,95
2002/03	69,44	41,24	49,77	50,23
2003/04	68,27	43,50	47,95	52,05
2004/05	70,50	41,40	49,99	50,01

Fonte: UNICA

Projeção da safra: região centro-sul

Item	2003/04	2004/05	variação %
Cana - milhões de toneladas	299,4	319,9	6,86
Açúcar - milhões de toneladas	20,4	22,6	10,35
Anidro - milhões de m³	8,0	8,2	1,95
Hidratado - milhões de m³	5,0	5,1	1,30
Álcool total - milhões de m³	13,0	13,3	1,70
Total ATR - milhões de m³	44,7	`47,4	5,85
ATR/ tonelada	149,4	148,0	-0,94

Fonte: UNICA

Disputa na OMC

No front externo, a troca de acusações marcou a primeira audiência da disputa do açúcar na Organização Mundial de Comércio (OMC), em março último, envolvendo o Brasil, a Austrália e a Tailândia, de um lado, e do outro, a União Européia e 14 países pobres da África, do Caribe e Pacífico (ACP). O painel (comitê de arbitragem) contou com quase 100 pessoas, e a audiência foi realizada no auditório principal da OMC.

A disputa foi deflagrada contra o regime da UE, acusada de exportar mais de 5 milhões de toneladas com subsídios além dos compromissos assumidos na OMC. Isso ocorreria por meio de dois mecanismos: subsídios cruzados (só para a produção interna, mas que acabam beneficiando a exportação do excesso de oferta) e reexportação de produto de ex-colônias européias.

Sem condições de competir no mercado livre, os 14 países da ACP, que têm preferência para exportar à UE com preços acima dos praticados no mercado internacional, são contrários. O vice-primeiro ministro das Ilhas Mauricio, P. K. Jugnauth, foi o porta-voz do grupo que inclui Barbados, Belize, Fiji, Costa do Marfim, Jamaica, Quênia, Madagascar, Malwai, St. Kitts e Nevis, Swazilândia, Tanzânia, Trindade e Tobago. A Tanzânia, único país da ACP que faz parte do G-20 (grupo liderado pelo Brasil, que reúne países em desenvolvimento nas discussões sobre a liberalização agrícola global) ficou do lado da UE.

Com decisão unilateral, nada forçará a UE a mudar as preferências (preço, cotas etc.) para os países da ACP, mesmo se perder a disputa. As contas das preferências que os países da ACP recebem na Europa são pagas pelo Brasil, cujo açúcar fica sem acesso a esse mercado. Na importação da UE, a participação do Brasil é de 1,4%, e a dos países da ACP é de 94%. O produto ainda concorre com o brasileiro no mercado externo, porque a UE o reexporta. Estudo do Banco Mundial mostra que a remoção de proteção ao açúcar resultaria num ganho líquido para o Brasil de US$1,6 bilhão por ano.

A UE acusa a Tailândia de ter o mesmo regime do açúcar. Para os europeus, o Brasil pode complicar as negociações agrícolas ao visar subsídios cruzados. A evidência é de que a própria UE reconhece que o "açúcar C" é subsidiado, porém Bruxelas diz que nunca se comprometeu com a OMC em eliminar esse tipo de subvenção à exportação. Os juízes se reunirão novamente, e a decisão deverá ser divulgada no fim do ano.